

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DO SEGUNDO
TRIBUNAL DO JÚRI DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE
XXXXXXXXXX**

Referente ao processo n.º

FULANO DE TAL, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, apresentar suas

ALEGAÇÕES FINAIS

pelos motivos de fato e de direito que passa a expor.

1- RESUMO DOS FATOS

O acusado responde a ação penal pela suposta prática do crime previsto no art. 121,§2º,III do Código Penal, qual seja, homicídio qualificado pelo emprego de meio cruel contra a vítima **FULANO DE TAL**.

O crime ocorreu no dia DIA de MÊS de ANO, tendo o acusado prestado depoimento em sede policial no dia DIA de MÊS do mesmo ano.

A denúncia foi ajuizada em DIA de MÊS de ANO, tendo o acusado sido citado por edital após várias tentativas da oficiala de justiça no sentido de encontrá-lo.

Em virtude de o réu não ter sido encontrado para ser citado, o Ministério Público, às fls. 159-160, requereu a decretação da prisão preventiva com fundamento no art. 366 do Código de Processo Penal, alegando que o fato de o réu não ter sido encontrado para ser citado e de não ter constituído advogado implicaria, por si só, em risco para a aplicação da lei penal, o que seria motivo bastante para a decretação da prisão preventiva.

Corroborando o entendimento do órgão ministerial, a prisão preventiva foi decretada pelo juízo às fls. 162-164, expedindo-se mandado de prisão às fls. 165.

Às fls. 173, informou a oficiala de justiça do Segundo Tribunal do Júri de XXXXXX ter finalmente encontrado o acusado, intimando-o para comparecimento à audiência de instrução e cumprindo o mandado de prisão de fls. 165.

A defesa apresentou resposta preliminar à acusação às fls. 175-176.

Em DIA de MÊS do corrente ano, realizou-se a audiência de instrução, na qual foi ouvida a testemunha FULANO DE TAL e o acusado FULANO DE TAL. Nenhuma outra pessoa foi

ouvida em juízo, tendo em vista que a única testemunha presencial dos fatos faleceu enquanto o feito ainda se encontrava em sede policial, não tendo sido colhido o seu depoimento sob o crivo do contraditório.

2 - DA IMPRONÚNCIA EM VIRTUDE DA EXISTÊNCIA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA

Pelo depoimento da única testemunha ouvida sob o crivo do contraditório não foi possível se verificar a existência de indícios de autoria, já que não presenciou o fato e ficou sabendo da morte da vítima por terceiros. Também não ouviu por parte do acusado nenhum tipo de comentário acerca do crime, conforme se demonstra às fls. 195:

“que ficou sabendo da morte da vítima 02 dias depois do ocorrido, através de um conhecido da depoente alcunhado de “TAL”; que “TAL” não falou quem teria sido o autor do crime; que não se recorda ter dito na delegacia que o acusado havia lhe confessado ter sido o autor do crime, pelo fato de FULANO ter levantado a blusa da depoente; que encontrou FULANO uma semana depois da morte de FULANO; que FULANO não fez nenhum comentário com a depoente sobre a morte de FULANO; que já visitou o acusado no presídio; que durante as visitas que fez ao acusado na prisão, eles (sic) nada comentou com a depoente a respeito desse crime”...

Assim, resta prejudicado o convencimento acerca da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, o que enseja a aplicação do art. 414 do Código de Processo Penal, que dispõe:

Art. 414. Não se convencendo da materialidade do fato ou da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, o juiz, fundamentadamente, impronunciará o acusado.

Para corroborar a tese da impronúncia, o acusado, em sede judicial, fez uso do seu direito constitucional de permanecer calado, não esclarecendo nada acerca dos fatos, não dando elementos suficientes para a verificação de quaisquer indícios de autoria ou participação no crime.

3- DO PEDIDO

Ante o exposto, requer o acusado a sua IMPRONÚNCIA, com fundamento no art. 414 do Código de Processo Penal, em virtude da ausência de indícios suficientes de autoria ou de participação.

Nestes termos.

Pede deferimento.

LOCAL E DATA.

FULANO DE TAL
Defensor Público